

## **O Ecodesenvolvimento como paradigma alternativo em uma área turística**

Eliane Dalmora\* e Claudia L. Bisaggio Soares\*\*

### ***1. Introdução***

No presente trabalho, buscou-se compreender como foram constituídas as mais recentes tendências de desenvolvimento na região de Ibiraquera, que tem tido no turismo de veraneio a opção preferencial. Lançou-se um questionamento inicial sobre tais tendências, na medida em que estas trazem em seu bojo um modelo de desenvolvimento mimético baseado na economia de turismo de massa, ecologicamente predatório, socialmente excludente e sustentado sob uma cultura política heteronômica (Sachs, 2000) em contraste, com uma realidade potencialmente fértil para o avanço no sentido de uma gestão ambiental co-participativa, sustentada sobre bases diversificadas de produção na geração de “bens e serviços” dos ecossistemas.

Partiu-se de uma breve caracterização dos processos historicamente constituídos, identificando os potenciais de evolução da população local em termos de melhor adaptação, conservação e organização social e as rupturas e continuidades características de processos de (mal) desenvolvimento, buscando-se nessa análise romper com as abordagens de desenvolvimento que afirmam a mera presença de continuidades e de desenvolvimento linear dado entre as transições do tradicional/moderno, rural/urbano, agricultura/pesca, local/global. Desse modo, revelou-se através da evolução das situações agrárias locais, uma breve identificação e caracterização dos diferentes tipos de espaços, assim como dos mecanismos de transição entre eles (Silva et. al., 2000), culminando no atual momento de desenvolvimento da monocultura do turismo de veraneio<sup>1</sup>.

Ibiraquera, localizada no município de Imbituba, no sul de Santa Catarina, compreende a bacia hidrográfica da lagoa de Ibiraquera e representa um ecossistema

---

\* Bióloga, Msc. em Extensão Rural, Doutoranda do programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

\*\* Economista, Msc. em Sociologia Econômica, Doutoranda do programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

costeiro composto pelo litoral de dunas, pela própria lagoa de Ibiraquera (com uma área aproximada de 900 ha), vegetação de restinga e uma pequena mancha de Mata Atlântica em estágio secundário de regeneração. A região foi, de certa forma, isolada pelo traçado da BR-101 do restante da mata que se sucedia até as encostas da Serra do Tabuleiro (que teve parte de sua área decretada Parque Estadual em 1975).

## ***2. A construção do conhecimento ecológico local***

### **2.1. Conexões e complementaridades**

Num primeiro momento histórico, nos idos de 1750, a então comunidade de Ibiraquera era formada principalmente por colonos portugueses (açorianos e vicentinos) estabelecia comunicações basicamente pelo mar. A sua inserção no mercado regional e interiorano era precária e esporádica, pois as relações sociais e econômicas estabelecidas via mar estavam condicionadas pelas condições do clima favoráveis a entrada e saída das embarcações. As adversidades do meio físico (terrenos alagados nas épocas de chuva) e a própria lagoa limitavam o uso das vias de transporte e comunicação por terra. A canoa era o veículo mais utilizado para a realização de trocas entre os moradores do entorno. Por alto mar, os contatos com as demais vilas litorâneas eram esporádicos seguindo ao regime dos ventos. Os perigos provinham de locais desfavoráveis para atracar os barcos e das embarcações precárias para enfrentar tempestades ao se lançar em alto mar, como se refere Neu “na enseada de Imbituba os navios ancoravam para receber farinha, viável somente em dias sem ventos, caso contrário seguiam sem movimentar as cargas” (1999, p. 27).

Através de uma produção diversificada dos produtos agrícolas e da pluriatividade<sup>2</sup> as comunidades buscavam no próprio local satisfazer suas necessidades básicas em termos

---

<sup>1</sup> No presente trabalho de pesquisa enfatizamos a dimensão do papel da agricultura na constituição de uma localidade litorânea, não querendo através dessa ênfase descaracterizar a pesca como a atividade naturalmente predominante nesses ecossistemas.

<sup>2</sup> A pluriatividade consiste no desenvolvimento, pelos agricultores, de atividades de caráter não agrícola, dentro ou fora da unidade de produção, como profissionais autônomos ou como assalariados, combinada ou não com atividades agrícolas e foi uma característica que conferiu flexibilidade no uso dos recursos e esteve presente desde o início do processo de colonização do Sul do Brasil: cita-se como exemplo as atividades em olarias, serrarias, produção de carvão vegetal, extração vegetal, engenhos de farinha, e outros (Schneider, 1999).

de alimentação, vestuário, instrumentos de trabalho e habitação (Avellar, 1993). Nesse contexto, o conhecimento local e a habilidade de compreensão dos sinais da natureza eram fatores essenciais para a evolução da comunidade. Estabelece-se um calendário e uma organização social de trabalho favorável à garantia de uma diversidade necessária para a qualidade de vida local. Aliado a diversidade da pesca, desenvolve-se uma agricultura, onde a mandioca foi se concretizando como base alimentar complementar a diversidade da pesca. Dentre as espécies utilizadas destaca-se a formação do pomar (chamada pelos nativos de pomal) onde se cultivavam plantas úteis a essa complementaridade especialmente a noqueira (fornecendo óleo para as embarcações, iluminação pública e confecção de sabão), café e algodão. Das matas nativas se extraía madeira para as construções de moradias, instalações rurais, canoas (talhadas em grandes troncos provenientes da Mata Atlântica.), lenha para abastecimento doméstico e a fibra para tecer as redes e tarrafas. Da farinha de mandioca muitos subprodutos provinham (polvilho branco e azedo para biscoitos e pães) e complementavam a base alimentar proveniente da pesca.

As roças eram feitas sob o solo “limpo” por meio das queimadas. Os sistemas florestais de cultura sobre desmate/queimada se encontravam desde a época neolítica em todos ecossistemas florestais habitados; estes sistemas são hoje residuais na África, Ásia e América Latina. Na maior parte das regiões, a dinâmica evolutiva deste sistema, conduziu ao desmatamento, criando assim a via de desenvolvimento de sistemas agrários pós-florestais.

A sociedade brasileira, na época, se desenvolvia sob o jugo do trabalho escravo e em grandes plantações, no entanto, a ocupação litorânea realizada na região catarinense não visava a formação das grandes lavouras. Através da atividade de pesca e do cultivo associado a pequenas glebas de terras, as colônias litorâneas passam a constituir um modo de vida bastante peculiar. As determinações relativas ao processo de trabalho na agricultura que demandava adaptações (em termos de busca da complementaridade entre autoconsumo e comercialização, relações de trocas e compartilhamento de trabalho entre membros de diferentes grupos e a definição de papéis diferenciados entre gerações) constituíram certa singularidade que conformou uma população de pescadores/agricultores, agricultores/pescadores. Muitas tarefas que requeriam um grande número de pessoas eram

feitas em mutirão (no caso de construções de casas, engenhos, estradas ou caminhos) ou em grupos (na pesca da tainha e da anchova e na produção da farinha de mandioca) <sup>3</sup>que agregavam várias famílias, geralmente referenciadas por algum vínculo de parentesco (Avellar, 1993). Através de uma rede de relações de trocas de bens e serviços foram transpostos muitas limitações técnicas e materiais que viabilizaram e viabilizam a agricultura familiar e a pesca artesanal. Estabeleceram-se as denominadas *Unidades Espaço Familiares* que consiste em grupos de parente próximos (filhos, genros e irmãos) de um personagem central, que tende a exercer uma certa autoridade e passa a desempenhar o papel de liderança local (Albaladejo, 2001). A predominância ou alternância das atividades ora na pesca, ora na agricultura foi regulada pelos modos de inserção no contexto socioeconômico local/ regional, bem como pela evolução do uso dos recursos naturais favorecida por uma peculiar dinâmica de cooperação entre grupos, geralmente com vínculos de parentesco.

## **2.2. Intensificação no uso das terras e novos contatos regionais**

No início do século apresentou-se um vínculo mais concreto com o início dos intercâmbios entre os povos do litoral e do interior, através da ligação ferroviária que atingiu o município de Imbituba. A localidade de Ibiraquera continuou com precárias vias de ligação entre as localidades do interior. A agricultura que aí se desenvolveu ficou restrita a alguns poucos produtos, pois as terras eram de baixa fertilidade e extremamente suscetíveis aos processos erosivos, e as famílias detinham alguns poucos hectares, tendo em vista as constantes subdivisões por herança.

O cultivo da mandioca continuou se constituindo em uma importante combinação na mesa do pescador e se adequou às condições de fertilidade do solo e do clima litorâneo. A farinha de mandioca e a pesca constituíram-se também nos produtos de troca mercantil, apesar destas serem realizadas em pequena escala, sem diferenciações mercadológicas e nas vias de comercialização (a comercialização do excedente da farinha dependia da ação dos

---

<sup>3</sup>As relações de trocas eram feitas entre as mais diversos equivalentes (entre dias de trabalho e recursos de extração, entre produtos e ferramentas), como se refere um comunitário: “ as famílias tinham muitos filhos e usava-se a união dos povos, não se pagava mão de obra, não se pagava material, bambu, cipó, madeira, enfim isso não tinha preço, dava-se (Avellar, 1993, p. 82).

atravessadores, o que colocava o produtor numa relação subjugada na definição do preço do produto). Nesse tempo, se fazia uma agricultura baseada no sistema de coivara, onde para manter as terras "livres do mato" e as casas "protegidas das feras" a queimada era utilizada indiscriminadamente. Com o uso contínuo das terras e do fogo aliado à retração no tempo de descanso das áreas cultivadas, houve o esgotamento da fertilidade e a necessidade de aumento da área plantada para garantir a base alimentar da população em crescimento (Boserup, 1987). Ao que tudo indica, essa prática amplamente generalizada na região, foi realizada sob condições desfavoráveis em termos de volume de terra disponível para cada proprietário individual.

O sistema de herança propiciava a cada filho uma parte das terras, o que levava a subdivisão da unidade de produção familiar a cada geração e, em consequência, houve uma redução dos intervalos de tempo em que as terras permaneciam em estágio de regeneração natural visando a reposição da fertilidade natural (Neu, 1999). A superação dessa crise na produção de farinha (base alimentar e comercial da unidade de produção) se deu com a introdução do uso da tração animal, que permitiu o revolvimento da camada de solo compactada e a eliminação da prática da queimada como o instrumento exclusivo na limpeza dos roçados.

Nesse segundo momento a matéria orgânica proveniente dos animais passou a ser incorporada no solo, resultando em gradativa melhoria da fertilidade. O uso das cercas vivas no entorno de cada roçado foi introduzido como forma de redução da tensão causada pela ação do vento no solo descoberto. Ampliaram-se as relações com o mercado inter-regional como consequência do estabelecimento de uma infra-estrutura favorável para contatos via terra mediante a abertura de estradas e a construção da ponte no estreito da lagoa aproximando as comunidades do entorno da lagoa. Os intercâmbios comerciais se intensificaram e a mandioca passou a ser comercializada para novos mercados. A prática da pesca artesanal continuou como complemento na geração de renda monetária, embora ficou restrita a conservação do produto que, vendido sempre in natura, reforçava o caráter também precário de sua comercialização.

Com o passar do tempo uma nova crise na produção começou a se conformar, devido a crescente pressão no uso das terras que gerou o abandono da prática de descanso através dos pousios longos. O uso contínuo do solo começou a comprometer a

produtividade, a mandioca apresentou algumas doenças tornando-se suscetível à ação dos predadores naturais. Como cada agricultor fazia a produção de mudas e havia o hábito das trocas entre agricultores distantes, desenvolveram-se localmente exemplares de mandioca que apresentavam forte resistência às suscetibilidades das condições de baixa fertilidade dos solos e a propensão ao ataque de pragas. Até hoje, esses exemplares são valorizados e disseminados entre os agricultores. As práticas passaram a ser norteadas pela gradativa adaptação dos agricultores no sentido do fortalecimento da produtividade ecológica resultado da adubação orgânica, do uso de diversas variedades de plantas e da rotação de culturas. O uso de variedades mais produtivas não se colocou como fator exclusivo nas escolhas sobre a espécie plantada e o respeito as diferentes vantagens apresentadas pelas plantas alternativas e a sua seleção garantiu a manutenção mínima da atividade de produção em casos extremos de tensão ecológica dos ecossistemas. Paralelamente a esse novo cenário na agricultura comercial a pesca assumiu relevante importância econômica encontrando um mercado consumidor do produto in natura em expansão.

### **2.3. O espaço do turismo**

Somente na década de 80 generalizou-se o uso de técnicas exógenas (como o recurso aos fertilizantes químicos) na resolução dos problemas de fortalecimento da produtividade, quando então a produção da lavoura de mandioca foi bastante incrementada, permitindo o abandono definitivo da queimada e a redução da área cultivada, abrindo a possibilidade para o retorno da prática de descanso da terra cultivada. Entretanto é também dessa época em diante que a farinha de mandioca perde paulatinamente sua importância nos negócios locais e a renda proveniente passa a não ser suficiente para atender os novos "fetiches" de consumo derivados da maior integração da região na dinâmica regional e nacional que foi estimulada pela chegada da energia elétrica e a melhoria nas vias de comunicação. É interessante ressaltar que em nenhum momento os produtores romperam com a forma usual de comercialização, que esteve sempre sob o controle de comerciantes intermediários e os tornava extremamente vulneráveis as oscilações de preços definidos pelos intermediários.

Por outro lado, a partir de meados da década de 70, com a expansão da malha rodoviária, começam a chegar à região os primeiros visitantes, atraídos principalmente

pelas praias em estado quase natural e com boas condições para a prática do "surf". A expansão do turismo ampliou a demanda local pelo pescado da lagoa, reforçada também pela qualidade do camarão pescado na lagoa (que está livre da contaminação presente nas regiões produtoras próximas). Tal aumento da demanda, entre outros fatores, acabou levando, mais recentemente, ao rompimento das regras de pesca e a transformação da lagoa em área de livre acesso (Berkes, 1989; Seixas, 2000)<sup>4</sup>.

Esse período caracteriza-se pela drástica ruptura das relações de adaptação dos agricultores/pescadores ao ecossistema local consolidadas pela organização social pré-existente, com seus fortes vínculos de parentesco e relações de troca entre vizinhos, que possibilitaram sustentar a variabilidade fenotípica das plantas cultivadas além da relativa diversidade da base alimentar local e o desenvolvimento de atividades complementares como a fiação e tecelagem e a confecção de apetrechos de pesca e embarcações.

Essas características, no seu conjunto, estavam conformando uma agricultura local afinada com os princípios da agroecologia, tais como: o abandono de agroquímicos, da prática da queimada, a utilização da adubação verde e orgânica, o cultivo mínimo e o controle ecológico de pragas e doenças com o uso de variedades de plantas próprias adaptadas aos ecossistemas locais (Altieri, 1989), e uma teia local de relações econômico-sociais complexa e diversificada. Vantagens comparativas poderiam ser buscadas na produção agroecológica da farinha de mandioca e da pesca não predatória realizada em águas livres de agentes poluentes.

### ***3. Uma trajetória de constituição do espaço***

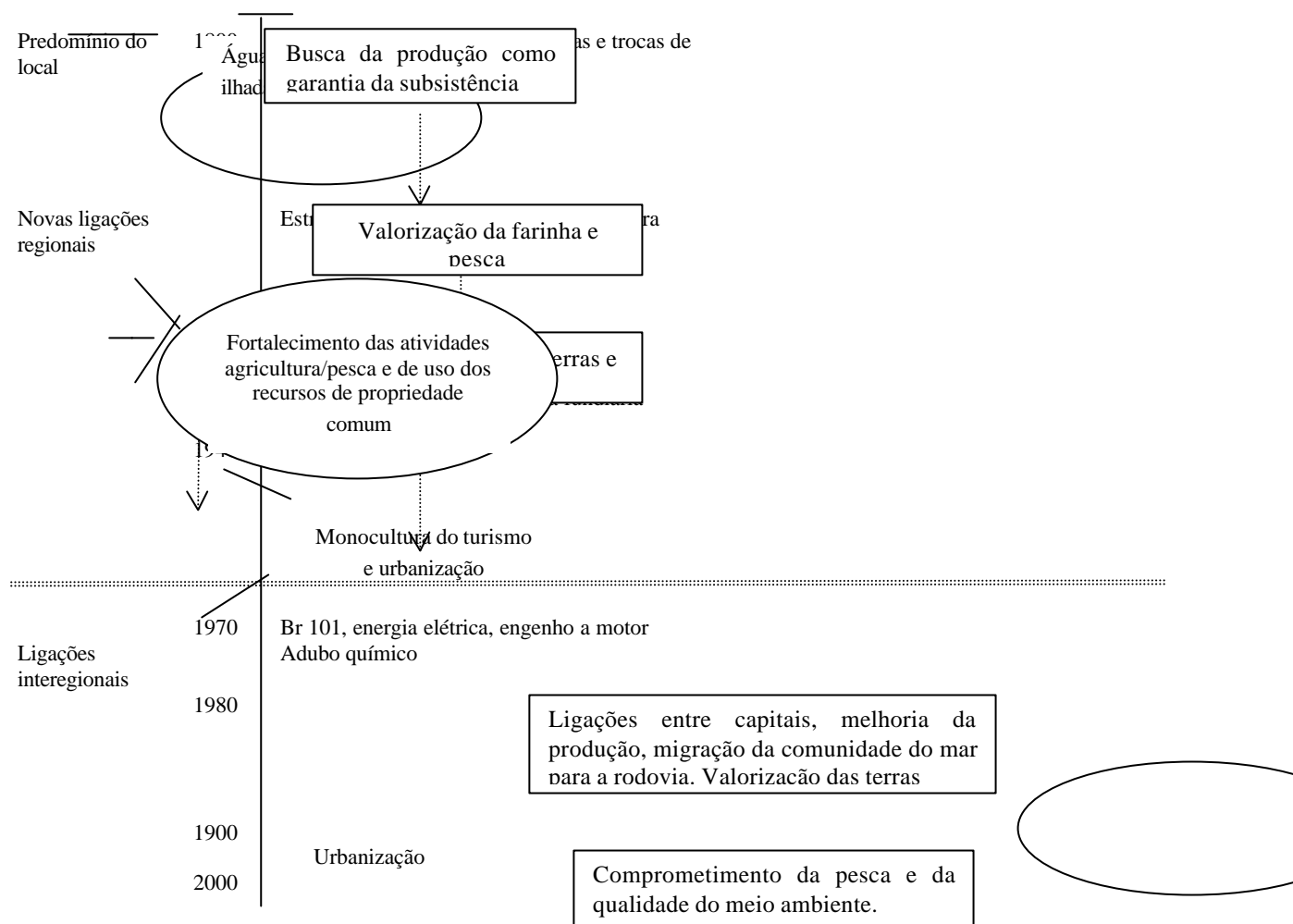
A caracterização das situações estudadas permitiu a identificação de situações onde se configuram espaços diferenciados, os quais apresentam formas de organização local específicas, estratégicas e práticas características. Entre essas situações constituintes de espaços diferenciados identificam-se fases de transição mais ou menos longa, mais ou

---

<sup>4</sup> Seixas (2000), realizou um estudo detalhado da gestão da pesca na Lagoa de Ibiraquera, identificando diferentes modos de apropriação dos recursos pesqueiros: na década de 1960 a lagoa tinha de fato um sistema de gestão de base comunitária; na década de 1970 foi colocada a condições de livre acesso; no período de 1981 a 1994 a lagoa foi gerida em parceria entre o governo federal e os pescadores locais, caracterizando um sistema de co-gestão; de 1994 aos dias de hoje a lagoa ficou novamente na condição de livre acesso.

menos passíveis de rupturas significativas. O espaço é, portanto, bem mais que uma simples justaposição de terrenos agrícolas, ele é um sistema espacial produto de uma história e de uma lógica de uso definida (ver diagrama 1).

**Diagrama 1 - Trajetória da constituição do espaço**



O processo de desenvolvimento local se concretizou através de rupturas cuja natureza dependeu da ação compartilhada dos atores e instituições, e as confrontações entre as lógicas diferentes o qual permitiriam o esclarecimento mínimo dos interesses em jogo, como se refere Silva et. al.: “duas situações podem ser assimiladas a um processo complexo ligados a uma combinação de comportamento, de ações e de acontecimentos,



que podem ser chamados de fatores” (2000, p. 17). Tais fatores são delimitados pelos atores acima como de três tipos: os desencadeadores (seu efeito se traduz pela mudança imediata de situação), os aceleradores (permitem constituir a base para a mudança, estimulando o andamento dos processos em curso) e os reguladores (mecanismos utilizados pelo grupo social que facilitam e controlam os avanços e garantem a reprodução das condições da atividade produtiva).

Nos três principais espaços de transição delimitados a partir das observações e análise da base documental (pesquisas anteriores, entrevistas, dados secundários e etc...), identificamos em termos de fatores de transição as características apresentadas no quadro a seguir:

**Quadro 1 – Fatores de transição entre os espaços**

<b>Fatores</b>	<b>Desencadeadores</b>	<b>Aceleradores</b>	<b>Reguladores</b>
Espaço das conexões e complementaridades	<ul style="list-style-type: none"> <li>* As antigas armações baleeiras locais facilitaram o acesso e intercâmbio entre as vilas litorâneas pelo mar.</li> <li>* Acesso por terra regionalmente facilitado pela ferrovia e pelo porto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Financiamentos para viabilizar a construção da ferrovia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Os tempos biológicos regulavam as regras de uso dos recursos. Épocas de mar, de lagoa, de agricultura.</li> <li>* Manejo das terras com o cultivo de cercas vivas para controlar erosões, eliminar queimadas e usar plantas invasoras como adubação verde.</li> <li>* Regras locais de uso da lagoa e do mar formando os criatórios de camarão e a estabilidade relativa na garantia da pesca.</li> </ul>
Espaço do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Rodovia pavimentada, ligação com as principais capitais brasileiras.</li> <li>* Retração das atividades do porto.</li> <li>* Chegada da luz elétrica.</li> <li>* Valorização das terras por empresários locais.</li> <li>* Busca por paisagem paradisíaca, condições para prática do surf e praias “limpas”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Desincentivos a agricultura “improdutiva” e a pesca artesanal, beneficiam outras regiões e empresas de pesca industrial.</li> <li>* Transformação da localidade em bairro urbano.</li> <li>* Incentivos técnicos para a produção intensiva de camarões.</li> <li>* Movimento ecológico consegue a instauração da APA da Baleia Franca.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Divisão das propriedades em lotes em face de nova valorização imobiliária.</li> <li>* Mudança dos hábitos alimentares.</li> <li>* Rompimento das regras de pesca e de abertura do canal; abandono da profissão de pescador.</li> </ul>

--	--	--	--

A recente valorização do litoral poderia nos levar a pensar numa forma definitiva de rompimento com os usos da terra até então predominantes centrados na produção da pesca artesanal e da agricultura complementar. Entretanto algumas experiências recentes têm demonstrado a necessidade de repensar as formas de pensamento excludentes, que vêem a especialização dos espaços como a única forma possível de crescimento econômico. Os limites dados por esses modelos unívocos têm levado os excluídos do processo a respostas que se orientam no sentido oposto, privilegiando exatamente os princípios da diversidade através da realização de múltiplas atividades e trocas solidárias, oferecendo indícios de atitudes mais solidárias, tendo como cerne à organização social.

#### ***4. O desenvolvimento da monocultura do turismo de veraneio***

A descoberta da vocação turística da região se deu alicerçada na presença de um litoral singular, contando com praias sob baixa pressão antrópica como as Praias do Rosa, da Barra e do Luz. Por outro lado a presença marcante da Lagoa de Ibiraquera que apresentam um bom estado de conservação e aptidão para a prática de esporte náuticos, adicionadas ao traço rural e tranquilo das localidades do entorno. Tais características contribuíram para a formação de um contexto aliciante para o visitante.

Para buscarmos compreender melhor a dinâmica socioeconômica que a atividade turística vem impondo a região vamos utilizar a análise por fases que Souza e Polette (1998) trabalharam para a evolução hipotética de uma área turística. Essa análise compreende seis etapas: a exploração, o envolvimento, o desenvolvimento, a consolidação, a estagnação e o declínio, apresentando as características resumidas no quadro 2.

**Quadro 2 – Fases da evolução hipotética de uma área turística**

<b>Fase</b>	<b>Implicações</b>
Exploração	Número de visitantes pequeno e irregular, não existe estrutura específica para recebe-los, sua estada tem pouco ou nenhum significado para a vida econômica da região que mantém seu meio natural e social inalterado.
Envolvimento	O número de visitantes aumenta e apresenta alguma regularidade, alguns residentes se envolvem na criação de algumas facilidades para os visitantes e surgem as primeiras ações para os atrair. Emerge uma temporada de turismo e se realizam ajustes nos padrões sociais em função dessa nova temporalidade.
Desenvolvimento	O número de visitantes na temporada é igual ou superior ao da população residente, existe a presença significativa de propaganda sobre a área nos mercados geradores de visitantes e o envolvimento e o controle local do desenvolvimento tendem a declinar por falta de planejamento. Atrações naturais e culturais suplementadas por atrações de fora são utilizadas para aliciar o visitante e o meio natural sofre grandes alterações.
Consolidação	Permanece grande o número de visitantes, a propaganda aumenta de intensidade. O aumento da infra-estrutura para o turismo acaba por dificultar as atividades dos residentes não vinculados ao turismo, chegando a prejudicar seus resultados. Áreas específicas de lazer são definidas.
Estagnação	O número de visitantes chega ao limite, a capacidade de suporte da região será muitas vezes excedida, trazendo problemas sociais, ambientais e econômicos. O lugar, apesar de não mais estar na moda mantém sua imagem turística. As atrações naturais e culturais são suplantadas pelas atrações importadas, como centros comerciais, boates e parques aquáticos.
Declínio	Redução do número de visitantes, diminuição do valor dos imóveis, “fuga” para balneários periféricos.

Fonte: Adaptado de Souza e Polette, 1998.

É de se observar que a região se encontra identificada nesse esquema com a etapa do “desenvolvimento”, caracterizada pelo: 1) expressivo número de visitantes na temporada superior ao da população residente (ainda não temos dados recentes, mas a evolução dos dados de 1981 para 1993 já apontava nessa direção, com número de casas de veranistas passando de 30 para 290 enquanto o de moradores aumenta de 161 para 357 (Avellar, 1993); 2) existência propaganda relacionada aos loteamentos e pousadas da região nos

mercados geradores de visitantes; 3) envolvimento da população residente no aluguel de suas residências e fornecimento de serviços domésticos e de construção civil para o turista e veranista e desenvolvendo comércios de verão; 4) declínio da população moradora no controle local do desenvolvimento, via aumento da influência dos novos proprietários de terras na região e 5) alterações do meio natural, como no caso do regime de abertura da barra da lagoa (que anteriormente era determinado pelas necessidades dos pescadores e que, atualmente também é influenciado pela relação entre o nível de água na lagoa e o nível das fossas e sumidouros utilizados de forma intensiva nos meses de verão).

Com a evolução dessa dinâmica vem se acirrando a diferenciação no acesso aos recursos ambientais<sup>5</sup> pelos moradores, ao mesmo tempo que se descortina o desenraizamento, a exclusão e o empobrecimento dessa população frente aos novos utilizadores que surgem, como se exemplifica pela evolução da quantidade de residências de moradores em relação a de veranistas localizadas próximas ao mar e a lagoa (zona de valorização imobiliária) em detrimento da proximidade dos acessos as vias de tráfego para a região metropolitana de Florianópolis (vide quadro 3).

**Quadro 3 - Localização das residências de moradores e veranistas**

<b>Localização</b>	<b>Até meados dos anos 70</b>	<b>Até meados dos anos 80</b>	<b>A partir do início dos anos 90</b>
Próximas ao mar e ao morro	X      o	x      O	O
No entorno da lagoa	X	X      o	x      O
Próximas das vias de acesso		X	X      o

x – Pequena quantidade de residências de moradores. X – Grande quantidade de residências de moradores. o- Pequena quantidade de residências de veranistas. O - Grande quantidade de residências de veranistas.

<sup>5</sup> No presente trabalho recursos ambientais se referem aos recursos disponibilizados pela natureza apropriada e também transformados pelo homem, pois admitimos, como Souza (1997), que os diversos equipamentos de consumo coletivo, as infra-estruturas técnica e social são, da mesma maneira que praias, parques e lagoas, recursos presentes no ambiente de vida.

Entretanto, o avanço turístico está se conformando de modo não linear e alguns sujeitos atuantes nas comunidades têm promovido ações visando uma ruptura na tendência de dominação, por sujeitos externos, da condução do processo de desenvolvimento local. Para tanto, a formação de parcerias tem sido fundamental na busca de cenários alternativos de desenvolvimento que apontem para perspectivas superadoras dessa via convencional, representada pela crença de que só o turismo de massa pode trazer o rendimento e dinâmica desejada.

### ***5. O Ecodesenvolvimento e os saberes locais***

Em função desse desejo local de ruptura com a aparente inexorabilidade do desenvolvimento do turismo massivo se construiu uma parceria com o Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina, numa perspectiva de ação de apoio ao desenvolvimento local através da abordagem do ecodesenvolvimento trabalhado por esse grupo de pesquisadores.

Essa abordagem está fundamentada na harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos, e por ela são recomendados diversos critérios distintos de sustentabilidade parcial, a saber: 1 - social (certa homogeneidade social, distribuição de renda justa e igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais); 2 - cultural (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação; capacidade de autonomia, projeto nacional integrado endógeno e autoconfiança); 3 - ecológica (preservação do potencial do capital natureza dos recursos renováveis e limitação do uso dos recursos não-renováveis; respeitar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas); 4 - econômica (segurança alimentar; modernização contínua dos instrumentos de produção); 5 - política (democracia definida na apropriação dos direitos humanos; implementar o projeto nacional, coesão social), ( Sachs, 2000 p.85).

Na realização das estratégias do ecodesenvolvimento a participação efetiva dos atores sociais é essencial para diagnosticar problemas relativos à satisfação e harmonização das necessidades concretas, valorizar as potencialidades e a diversidade dos ecossistemas e favorecer a organização coletiva com vistas ao desenvolvimento dessas potencialidades e da sensibilidade para com o ambiente, integrando as dimensões econômica, ecológica, sociocultural, técnica e política e apresentando uma perspectiva de ação permanente tanto

voltada para o local, em metas específicas, quanto voltada para o global, em metas de longo prazo.

Nessa perspectiva a relação com o saber local é privilegiada, valorizando-se o conhecimento ecológico tradicional, baseado em observações detalhadas da dinâmica do ambiente natural, resultando em um aprendizado sobre os sistemas ecológicos e sociais e o incremento dos mecanismos de resiliência dos ecossistemas, como forma de se aproximar de uma gestão ambiental adaptada (Foolke e Berkes, 1998), reconhecendo-se que a evolução nas formas de sobrevivência nas condições do local é favorecida caso se alcance um gradativo domínio do saber e certa habilidade para elaborar instrumentos que tirem a comunidade da condição imobilizada frente as subjugações da natureza.

Ou seja, há o reconhecimento de que as relações de subjugação/controle dos domínios da natureza local dependem de um saber constituído sobre a dinâmica dos ecossistemas, derivado do aprendizado sobre os mesmos para melhor conviver com as adversidades de clima e solo como pontos chaves para garantir a subsistência na pesca e na agricultura.

Também é importante ressaltar que na região o principal recurso em uso (a lagoa e o mar) é de propriedade comum, o que implicou uma organização social dos grupos de usuários voltada, no mínimo, para atitudes de cooperação entre os membros do local. Especialmente, no que tange a pesca da Lagoa foram necessários constituir ao longo dos anos regras coletivas de uso, o que garantiu sua relativa produtividade ecológica ao longo de praticamente mais de dois séculos de exploração pesqueira.

Os recursos de propriedade comum são aqueles que apresentam as características relativas à exclusão e a subtrabilidade. Quando bens públicos, geralmente são formados por recursos naturais (como rios, peixes, pastagens, parques e áreas verdes, aves e demais animais migratórios, ar atmosférico, minas e etc...) e, nesse caso, a tentativa de exclusão do acesso é problemática, pois não podem ser divididos entre consumidores separados. Cada uso localizado e individual normalmente resulta na subtração da possibilidade de uso por outros, pois o uso individual do recurso afeta as chances potenciais dos demais usuários dos recursos (Oakerson, 1992).

Para evitar que os bens comuns sejam danificados ou utilizados de forma a comprometer o acesso eqüitativo e não predatório, se faz necessário formas coletivas de

gestão dos recursos (Berkes, 1989). Caminhando nessa direção, em determinados momentos da organização comunitária e da co-participação das instituições, foi preciso constituir bases de organização capazes de romper com os vínculos favoráveis as escolhas individuais, inconsistentes com os interesses de longo prazo da coletividade (Seixas, 2000). Essa organização espontânea e não institucionalizada ditou as regras de pesca que vigoraram até recentemente na lagoa de Ibiraquera. Atualmente, emergem conflitos socioambientais na área reflexo do rompimento do controle comunitário em relação a formas de uso da lagoa. Atualmente os interesses sobre os usos da lagoa são os mais diversos (uso de embarcações com óleo, de apetrechos de pesca não sancionados pelo grupo, desrespeito a época de desova, prática de esportes náuticos, escoamento de dejetos, criação intensiva de camarão), a ausência de controle comunitário sobre a área acaba tornando a lagoa de Ibiraquera em área de livre acesso.

Em relação ao mar, outro recurso de significativa importância para as comunidades locais, a evolução da relação de apropriação foi parecida, na medida em que as regras e demarcações anteriormente estabelecidas foram sendo constantemente desafiadas, primeiramente, pelas embarcações de pesca industrial (que aprisionam o pescado antes dele se aproximar da costa ou mesmo disputam diretamente certos pesqueiros) e, mais recentemente, por surfistas e outros desportistas aquáticos.

Cabe ressaltar que a disseminação do fenômeno da contracultura ao longo da década de 70 atingiu a região de forma importante, uma vez que ela se tornou destino de sujeitos do êxodo de camadas médias das grandes capitais (no caso principalmente São Paulo e Porto Alegre) que procuravam um espaço onde pudessem viver um estilo de vida que negava o materialismo, o consumismo e a democracia representativa. Na atualidade os “surfistas” velhos e novos são a maior herança desses tempos de divulgação do litoral catarinense para o resto do país, com seu modo de vida organizado em função dos ciclos naturais dos ventos, marés e correntes marítimas (Flexa, 2001), proporcionando uma condição bem próxima a dos pescadores artesanais, mas não sem conflitos com estes pelo uso dos recursos (como anteriormente comentado).

## ***6. A instalação de uma dinâmica de ecodesenvolvimento***

Recorrendo-se a perspectiva histórica traçada nesse estudo, percebe-se que em função do compartilhamento dos equipamentos para o processamento da mandioca e da existência de parcerias no uso das terras se criou na região uma dinâmica menos esgotadora de uso do solo (face as experiências anteriores de tensão ecológica provocadas pelo uso predatório do solo). Também as diferenças socioeconômicas locais em termos de posse de terra, equipamentos (engenho de farinha, principalmente apetrechos de pesca, conhecimento sobre manufatura de alimento e etc...) e disponibilidade de trabalhadores na família foram reduzidas através da consolidação das relações de reciprocidade entre os parentes e vizinhos. Ou seja, as trocas que se estabeleceram foram majoritariamente de caráter não monetário, realizando-se entre diferentes equivalentes, como trabalho e área de terra, produto e trabalho, beneficiamento da farinha e trabalho, beneficiamento da terra ou produto. Desse modo, os frutos do intercâmbio permitiram que famílias que não possuíam terra suficiente ou engenho obtivessem uma base mínima de sustentação alimentar e meios de produção.

Conclui-se que esse tipo de organização social somada à prática de pluriatividade favoreceu a consolidação da diversidade cultural e ecológica, a qual foi acrescentada com as interações culturais propiciadas pela integração das populações urbanas diferenciadas que se aproximaram da região nos últimos trinta anos, gerando todo um arcabouço de conhecimentos e peculiaridades locais que hoje podem servir de base para a retomada de um maior grau de autonomia nos processos locais.

Nesse sentido um programa visando gerar subsídios teóricos e técnicos para o ecodesenvolvimento: que procura reestruturar a relação sociedade/natureza, visando gerar um “jogo de soma positiva” através da reorganização da atividade humana de forma a torna-la sinérgica com os processos dos ecossistemas (Sachs, 1981), encontra nesse resgate de práticas a possibilidade de identificação de valores sociais cuja aceitação pode ser traduzida em princípios que fortalecem um conjunto de co-responsabilidades afirmadas entre os vários usuários dos recursos da região, envolvendo também os visitantes nesse pacto. Dessa forma se procura contrapor a perspectiva de desenvolvimento que fortalece o expansionismo crescente da produção e da mera conversão da natureza em capital, animando-se as instituições sociais que promovem a auto-satisfação e a autonomia dos comunitários, uma vez que desse tipo de atitude costumam surgir experiências em pequenas



produções, agricultura orgânica, cooperativas autogeridas, unidades de produção e consumo de utilidade social, rede de produção comunitárias, clubes de troca sobre novas bases monetárias, bancos do povo, e etc... (Sposati, 2001), resultando na preservação da qualidade de vida da população residente e na manutenção e intensificação da diversidade cultural e biológica.

Numa situação de transição como a encontrada na região de Ibiraquera, por vezes prevalece o olhar do senso comum, normalmente dominado pelas experiências próximas que interpretam a “vocação turística” mais como uma limitação que um potencial. Nesse contexto a oportunidade de um diálogo entre os sujeitos locais e externos, gerando uma problematização da realidade realizada com base em um diagnóstico da realidade local e a compreensão de sua inserção regional e global parece ser indicada. Essa construção é fundamental para a projeção dos impactos implicados por esses diferentes caminhos socioeconômicos, de forma a se basear as análises conseqüentes em reflexões sobre cenários montados num processo de pesquisa ação (Gadgil, 2000 e Guha, 1985).

Acredita-se que a relação com a autonomia na opção ecodesenvolvimentista revela ganhos de grandeza que não são nada desprezíveis.

## **7. Referências bibliográficas**

- ALBALDEJO, C. Á la recherche d'une agriculture "durable" sur les fronts pioniers. In: **Natures sciences et sociétés**. V. 9, n.2, 2001, p. 29 – 43.
- ALTIERI, M. **As bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: fase, 1989.
- AVELLAR, M. de L. **Ibiraquera: a história de um lugar... um movimento singular e universal**. Florianópolis:UFSC, 1993 (dissertação de mestrado).
- BERKES, F. **Common property resources. Ecology and community-based sustainable development**. London: Belhaven Press, 1989.
- BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987 (coleção estudos rurais)
- FLEXA, J. M. **As relações entre as associações de surf e o movimento ambientalista no litoral da região metropolitana de Florianópolis**. 2001 (mimeo).
- FOLKE, C. and BERKES, F. Understanding dynamics of ecosystem-institution linkages for bg resilience. **Beijer Discussion Paper 112**. Stockholm: Beijer Institute of Ecological Economics, 1998.
- GUHA, R. **Ecodevelopment debate: a critical review**. Calcutta: CSSS, 1985.

- GADGIL, M. et. al. **Participatory local level assessment of life support system**. A methodology manual. Bangalore, India: Instituto of science, 2000. (Technical Report, n. 78)
- OAKERSON, R. J. Analyzing the commons: a framework. In: D. W. Bromley ( ed.). **Making the commons work: theory, practice and policy**. San Francisco: Institute for Contemporary Studies Press, 1992.
- NEU, M. F. R. **Porto de Imbituba-SC: de armação baleeira a porto carbonífero (da gênese a crise)** Florianópolis: UFSC, 1999 (dissertação de mestrado).
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- SCHENEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- SILVA, P. C. G. da et. al.. Estudo das trajetórias de desenvolvimento local e da construção do espaço rural no Nordeste semi-árido. In: **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém: UFPA/CA/NEAF, 2000.
- SEIXAS, C. **State-property, communal-property or open-access?** The case of Ibiracema lagoon, Brazil. Natural Resource Institute University of Manitoba: Canadá, 2000 (mimeo).
- SOUZA, JR. S. e POLETTE, M. **Aplicações do modelo de desenvolvimento de balneários no município de Balneário Camboriú – SC**. CTTMar. No prelo, 1998.
- SOUZA, M. L. Exclusão social, fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade “ingovernabilidade urbana”: ensaio a propósito do desafio de um “desenvolvimento sustentável” nas cidades brasileiras. In: SILVA, J. B. da; COSTA, M. C. L. e DANTAS, E. W. C. (org.) **A cidade e o urbano**. Fortaleza: Edições UFC. 1997.
- SPONSATI, A. Movimentos utópicos da contemporaneidade. In: SORRENTINO, M. (coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.